

II SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
Universidade Estadual de Maringá
28 a 30 de Novembro de 2012

O QUE SE TEM PESQUISADO SOBRE A QUALIDADE DA RELAÇÃO DE CRIANÇAS QUE TIVERAM UM ROMPIMENTO EM SEU VÍNCULO AFETIVO E ESTÃO SOB DECISÃO JUDICIAL?

Daniel Rodrigues (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Fundação Araucária, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPQ-FA-UEM); Rozilda das Neves Alves (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá); Sheila Regina de Camargo Martins (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá).

Contato: daniel.rodrigues_dr@yahoo.com.br

Palavras-chave: Rompimento dos vínculos. Institucionalização. Família substituta.

O Brasil apresenta um nível significativo de famílias com grande número de filhos que devido à ausência dos pais biológicos, outros integrantes da família ou pessoas associadas, sem ligação consanguínea, se responsabilizam por tais crianças (FU; MATARAZZO, 2001). O vínculo que é construído por meio da adoção é conhecido como filiação civil. Considerando que a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não pode se estender por mais de dois anos (ECA, 1990), crianças e adolescentes desenvolvem o desejo de ter um lar; estão à espera de uma adoção ou decisão judicial acerca de sua tutela. Portanto, olhar como se tem estabelecido a qualidade da relação em crianças e adolescentes institucionalizados e que estão sob a decisão judicial rumo a um novo vínculo torna-se uma importante fonte de pesquisa.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender o que se tem pesquisado sobre a qualidade da relação de crianças e adolescentes que tiveram um rompimento em seu vínculo afetivo e passaram a estar sob controle judicial, rumo a um novo ambiente afetivo. Vale ressaltar que foi utilizada a expressão “família” entendendo a mesma como algo além do grupo consanguíneo e da unidade doméstica, caseira, familiar, mostrando, portanto, um conceito de família mais amplo, podendo ser expressa através de qualquer vínculo estabelecido por um determinado grupo, independente do lugar que este grupo está e do sexo de cada indivíduo (FONSECA, 2005).

A presente pesquisa pontuou como justificativas o fato de a Psicologia, enquanto profissão, contribuir, dentro das políticas jurídicas dos processos de adoção, nas trocas de maternagem devido a separações, divórcios e morte, encaminhamentos para instituições como os orfanatos etc., de modo que o psicólogo jurídico atue para que haja uma preparação dessas crianças para o ingresso em uma nova família, dentro de um tempo suficiente para ocorrer

II SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
Universidade Estadual de Maringá
28 a 30 de Novembro de 2012

uma elaboração psíquica diante destas rupturas bruscas nos vínculos afetivos, o que possibilitará fazer, juntamente com os demais profissionais da área, uma decisão justa em relação ao novo vínculo afetivo destinado à criança (OLIVEIRA; PRÓCHNO, 2010).

Em termos metodológicos, foi feito, inicialmente, um levantamento teórico nas obras de Bowlby intituladas “Apego e Perda: Tristeza e Depressão” (1985) e “Separação – Angústia e Raiva” (1984) juntamente com a obra “O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais” (1980), autoria de Spitz, onde buscou-se verificar os possíveis problemas na personalidade dos infantes que tiveram um vínculo afetivo rompido e substituído por outro. Posteriormente, foi realizada uma busca em artigos periódicos a fim de examinar como estão as condições afetivas, psicológicas e pedagógico-educacionais dos infantes e adolescentes no momento deste novo laço familiar estabelecido. Somado a isso, nesta seção foi abordado algumas informações necessárias em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) juntamente com uma correlação dos dados apresentados com o que foi explanado na seção anterior referente a Bowlby e Spitz, a fim de encontrar semelhanças entre os autores.

Referente aos resultados obtidos, a pesquisa experimental de Mascarenhas e Dupas (2001) com crianças institucionalizadas mostrou que alguns indivíduos relataram ter sentimentos de abandono e rejeição. Da mesma forma, Oliveira e Próchno (2010) relataram que alguns meninos mostravam-se dispersos, agressivos e agitados, apresentando um desenvolvimento cognitivo relativamente lento, mantendo pouco contato com as outras crianças. Os autores relataram que alguns laços afetivos se enfraqueceram ao ingressarem na instituição, até mesmo em casos que a criança tinha um irmão no abrigo. Em relação ao atraso no desenvolvimento cognitivo, o presente relato condiz com a afirmação de Spitz (1980) de que a insuficiência das relações afetivas influencia grandemente na interrupção do desenvolvimento motor. O autor caracteriza esta situação como um declínio no quociente de desenvolvimento. Da mesma forma, Bowlby (1984) afirma que a criança, na tentativa de recuperar o vínculo perdido torna-se cada vez mais insensível, podendo até ser interrompido o seu desenvolvimento cognitivo.

As conclusões da pesquisa de Santos, Ribeiro, Ukita, Pereira, Duarte e Custódio (2010) mostraram que os sentimentos de extrema insegurança, timidez, retraimento e depressão apareceram com uma frequência quase três vezes maior no grupo de crianças institucionalizadas do que no grupo de crianças não institucionalizadas. Constatou-se que as

II SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
Universidade Estadual de Maringá
28 a 30 de Novembro de 2012

crianças em meio institucional apresentaram mais indicadores emocionais que revelam ansiedade, timidez, retraimento, temor, tristeza, falta de sentimento de identidade e carência de atenção individual. De forma semelhante, Goffman apud Ribeiro e Ciampone (2002) usou a expressão "*mortificação do eu*" para se referir ao processo que ocorre às crianças que entram nas instituições e rompem com os papéis sociais que apresentavam até então. Em alguns casos, conforme o autor apontou, houve dificuldades de cultivar relações de amizade e companheirismo entre si nos abrigos e instituições, o que leva, em alguns casos, preferirem as ruas.

Bowlby (1984, 1985) forneceu subsídios que corroboraram os dois últimos autores. Bowlby observou casos de crianças que, submetidas a um cuidado imprevisível e intermitente, ao invés de desenvolverem apego angustiante, tornaram-se retraídas e desapegadas. Assim, crianças que não tiveram um cuidado substituto que proporcionasse tempo e atenção suficientes mostravam-se desesperadas por serem tratadas por pessoas desconhecidas ou por várias pessoas ao mesmo tempo, visto que não havia um vínculo substituto estável que pudesse se apegar.

Dell'aglio e Hutz (2004) coletaram uma amostra e verificaram que as crianças institucionalizadas apresentavam um nível maior de depressão e menor desempenho acadêmico do que crianças que moravam com a família e frequentavam as mesmas escolas. Os autores ressaltaram a importância da família no desempenho escolar das crianças e apontam a separação dos pais como um fator contribuinte ao aparecimento da depressão nos infantes, no sentido de que esta funcionará com a defesa daquela situação. Spitz (1980), da mesma forma, averiguou que crianças que permanecem privadas da figura materna sem que receba um cuidado substituto apropriado por um período de mais de cinco meses, estão suscetíveis à depressão anaclítica.

Por outro lado, Ribeiro e Ciampone (2002) apontaram que diante das agressões que sofriam de outras crianças maiores e adolescentes ocorridas nas Febens, o abrigo funcionava como alternativa para que isso cessasse. Assim, em relação à violência e agressões, os entrevistados relataram estarem mais seguros de tais situações nos abrigos. Uma das meninas entrevistadas afirmara que os amigos de rua eram sua família substituta, pois estes se mostravam mais solidários do que alguns casos em abrigos. Esta menina relatara, ainda, que quando ela vai para um abrigo, seus amigos de rua ficam tristes, sentem sua falta e quando ela fica doente, eles cuidam dela e oferecem carinho. Esse era o motivo que ela saía do abrigo e

II SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
Universidade Estadual de Maringá
28 a 30 de Novembro de 2012

voltava para as ruas. Diante destes fatos, observou-se que a qualidade da relação se sobrepôs a estrutura familiar

Algo similar foi possível identificar a partir da pesquisa experimental feita por Oliveira e Próchno (2010) em um determinado abrigo. Apesar das circunstâncias negativas do ambiente institucionalizado, os autores apontaram que as crianças entrevistadas se vincularam à instituição de maneira positiva e desenvolveram relações com certo grau de afetividade. Alexandre e Vieira (2004) corroboraram o que fora apresentado acima. Os autores identificaram que mesmo após esta relação substituta, as crianças da referida amostra cultivavam relações de afetividade umas com as outras, tais como comportamentos de cuidado e proteção, análogo ao apego estabelecido entre a díade mãe-bebê. Estes dados confirmam que após a separação de um dos genitores, a criança estabelecerá uma relação de apego com o genitor mais próximo possível, conforme assinalou Bowlby (1984, 1985).

De modo geral, foi possível constatar que alguns autores têm em comum com Bowlby (1984, 1985) o princípio de que a separação, a princípio, ocasiona sérias consequências na personalidade do indivíduo. Determinados autores se norteavam pelo pressuposto de que o ambiente institucionalizado não é capaz de proporcionar uma vinculação saudável em crianças que sofreram uma perda ou separação dos genitores. Nesse sentido, houve relatos significativos apontando as consequências negativas que a separação e a perda de um dos genitores causam na personalidade do indivíduo. No entanto, houve outros subsídios que possibilitaram chegar a conclusão de que a reação dessas crianças, ao saírem do abrigo, vai depender do tipo de tratamento que irão receber nas relações posteriores.

Dessa forma, propôs-se a necessidade de tornar o ambiente institucional próximo às condições comuns da vida familiar. A criança e o adolescente são cidadãos com voz ativa, apresentam uma visão de sua realidade e do mundo, portanto, deve ser ouvida e acolhida. Se houver o cumprimento de todos os requisitos referentes à adoção, a suspensão do poder familiar e a destituição da tutela assegurados pelo ECA (1990), os impactos do ambiente institucional seriam minimizados significativamente.

Em última instância, averiguou-se que o psicólogo, enquanto integrante da equipe judiciária e mediador das relações, deve estar atento em relação à afinidade do indivíduo institucionalizado para com a família, considerando se há realmente um desejo na família em adotar aquela criança ou adolescente, devendo atuar multidisciplinarmente a fim de encontrar maneiras coerentes para preservar o bem-estar da criança ou adolescente nos processos de

II SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
Universidade Estadual de Maringá
28 a 30 de Novembro de 2012

destituição do poder familiar, considerando que deverá ouvir, avaliar e buscar atender as intenções desses indivíduos diante dessa troca de parentalidade, bem como os laços de afinidade e afetividade que foram construídos nessa relação.

Referências

ALEXANDRE, D. T.; VIEIRA, M. L. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 207-217, 2004.

BOWLBY, J. **Perda – Tristeza e Depressão**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

BOWLBY, J. **Separação – Angústia e Raiva**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de Julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

DELL'AGLIO, D. D.; HUTZ, C. S. Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto alegre-RS, v. 17, n. 3, p. 341-350, 2004.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v.14, n.2, p. 50-59, 2005.

MASCARENHAS, S. H. Z.; DUPAS, G. Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas. **Revista Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 413-419, 2001.

OLIVEIRA, S. V.; PRÓCHNO, C. C. S. C. A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Uberlândia, v. 30, n. 1, p. 62-84, 2010.

RIBEIRO, M. O.; CIAMPONE, M. H. T. Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. **Revista Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 309-316, 2002.

SANTOS, B. C. A.; RIBEIRO, M. C. C.; UKITA, G. M.; PEREIRA, M. P.; DUARTE, W. F.; CUSTÓDIO, E. M. Características emocionais e traços de Personalidade em crianças institucionalizadas e não Institucionalizadas. **Boletim de psicologia**, São Paulo, v. 60, n. 133, p. 139-152, 2010.

SPITZ, R. **O primeiro ano de vida**: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980.